

Competitividade e integração

15 FEVEREIRO

EDGARD PEREIRA

Ao tomar posse em março de 1990, o governo Collor adotou um conjunto de medidas que alteravam aspectos estruturais da economia brasileira, particularmente através da abertura do comércio exterior, ao mesmo tempo em que colocava em prática fortes medidas objetivando a superação do processo inflacionário. Passados dois anos de política econômica de curto e longo prazo, é significativo o descompasso entre estas duas iniciativas. Se por um lado a inflação continua a ser um elemento instabilizador, a abertura econômica se consolida definindo novos parâmetros para a tomada de decisão das empresas.

A consolidação da abertura da economia impõe de forma cada vez mais urgente a necessidade de adaptação das empresas aqui instaladas aos padrões de competitividade impostos pela nova realidade. Este processo é extremamente seletivo e acabará por definir os contornos da nova estrutura industrial brasileira e, por derivação, o perfil de toda a economia.

O professor Michael Porter, que muitos tiveram o prazer de assistir em recente palestra no Brasil, nos ensina que "a prosperidade de uma nação é criada, não é algo natural" e salienta, ainda mais, que "em um mundo de competição global crescente, as nações têm se tornado mais e não menos importantes" (Porter, M. "The Competitive Advantage of Nations", Harvard Business Review, March-April 1990). Esta afirmação não encerra uma apologia a um redi-

vivo nacionalismo, mas antes aponta para a constatação irrefutável de que a realidade competitiva do mercado internacional impõe a adoção de estratégias nacionais de integração claramente definidas, a partir das quais as empresas tenham estabelecidos parâmetros para a montagem de suas políticas de investimentos.

Em outras palavras, governo e empresas têm que fazer cada um a parte que lhe cabe nesta nova "corrida pelo ouro" em que se transformou o mercado internacional.

A atuação solidária de empresas e governo neste desafio não pode se transformar, entretanto, em um conluio entre os interesses de burocratas sequiosos de poder, distribuidores de benesses, e empresários arrepiados ao risco e empenhados na manutenção de privilégios cartoriais. A execução desta tarefa demanda o discernimento cívico na demarcação das esferas de atuação pública e privada.

O governo não poderá se furtar à responsabilidade de implementar políticas compensatórias ante o inevitável ajuste do mercado de trabalho, parte integrante deste processo de reconversão econômica. Assim como também é obrigação do Estado assegurar a qualidade e o acesso à educação. Esta sobejamente comprovado em todas as experiências bem-sucedidas de reestruturação que educação é fator-chave de sucesso; é precondição para a superação de todos os demais problemas.

De outra parte, o governo deve ser extremamente rígido na normatização técnica, na definição e observância dos padrões de qualidade e

segurança e absolutamente zeloso pelo respeito aos direitos do consumidor. Estas ações, apoiadas em uma legislação antitruste consistente, reproduzirão no mercado interno as condições objetivas de competição que as empresas nacionais terão de enfrentar. O mercado interno, para gáudio do consumidor brasileiro, não pode ser o descanso modorrento do guerreiro nacional, mas seu campo de treinamento.

Porém, em que pese o papel fundamental que o governo deve desempenhar, só as empresas podem "criar" competitividade. De fato, estudos recentes demonstram o forte incremento da *unwritten science* dando conta que a maior parte dos avanços da ciência e da técnica não é divulgada. No mundo de hoje são as grandes empresas as geradoras e proprietárias do conhecimento. Da decisiva e intransferível opção pela "reestruturação virtuosa da economia brasileira", por parte das empresas, depende o futuro do desenvolvimento nacional.

Em síntese, é crucial não se esquecer que o processo de ajuste estrutural da economia brasileira está em curso, é irreversível, e impõe ações inadiáveis por parte do governo e das empresas. As recentes alterações no cenário internacional podem, inclusive, ser capitalizadas pelo Brasil; dependerá fundamentalmente da capacidade das nossas elites políticas e empresariais em articular internamente uma resposta nacional.